



Diálogos interculturais: ancestralidade, saberes socioambientais e trabalho tradicional em contextos de comunidades tradicionais amazônicas

Maria das Graças da Silva*, Gilmara Natividade Damasceno** e Karém Maria Gaia Maués ***

Resumo

Neste artigo, analisa-se os nexos entre educação do campo em ambientes não escolares e saberes socioambientais, que tem suas raízes na ancestralidade e na interculturalidade crítica. Pressupõe-se que as práticas culturais desenvolvidas por trabalhadores tradicionais do campo se configuram como espaços educativos em que se desenvolvem uma diversidade de saberes produzidos por meio de outros fundamentos epistemológicos e de outras pedagogias, que informam e materializam modos de vida em diversos contextos territoriais dos povos rurais-ribeirinhos e quilombolas. Essas experiências são vivenciadas cotidianamente por sujeitos que protagonizam aproximações e diálogos interculturais, por meio dos quais constroem processos históricos de resistência e luta às opressões colonialistas e capitalistas. Este estudo está referenciado no projeto de pesquisa Interculturalidade: Saberes, Práticas Docentes e de Formação em Diferentes Contextos Educativos na Amazônia, aprovado em 2018, pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia), no eixo temático Educação do Campo, Educação Popular e Interculturalidade. Dialoga ainda com outras pesquisas cujo escopo são os saberes de povos tradicionais, em especial os conhecimentos e as experiências compartilhadas pelas populações do segmento social rural-ribeirinho e quilombola, os quais estão na origem de suas ancestralidades.

Palavras-chave: povos tradicionais; saberes socioambientais; diálogos interculturais.

Intercultural dialogues: ancestry, socio-environmental knowledge, and traditional work in the contexts of traditional Amazonian communities

Abstract

This article analyzes the connections between rural education in non-school settings and socio-environmental knowledge, rooted in ancestry and critical interculturality. It is assumed that the cultural practices developed by traditional rural workers constitute educational spaces where a diversity of knowledge systems is generated through alternative epistemological fundamentals and pedagogies that inform and materialize ways of life in various rural riverine, and quilombola territorial contexts. These are everyday experiences lived by social actors who engage in intercultural encounters and dialogues, through which they build historical processes of resistance against colonialist and capitalist oppression. This study is referenced in the research project Interculturality: Knowledge, Teaching Practices, and Teacher Education in Different Educational Contexts in the Amazon, approved in 2018 by the Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad/Amazônia), particularly within the thematic axis Rural Education, Popular Education, and Interculturality. It still interacts with other research focused on the knowledge of traditional peoples, especially the shared knowledge and experiences of rural riverine and quilombola communities, which are rooted in their ancestral heritage.

Keywords: traditional peoples; socio-environmental knowledge; intercultural dialogues.

* Pós-Doutora em Sociologia Ambiental (Instituto de Ciências Sociais/Universidade de Lisboa). Doutora em Planejamento Urbano e Regional (UFRJ). Professora da linha de pesquisa Saberes Culturais e Educação na Amazônia (UEPA). Coordenadora do Grupo de Pesquisa: Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA/CCSE-UEPA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2932-8435>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2200605980961260>. E-mail: magrass@gmail.com.

** Mestranda em Educação (UEPA). Integra o Grupo de Pesquisa em Pensamento Social e Educacional das Margens Amazônicas (GEPSEM). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7389-1057>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7320292803628356>. E-mail: gilmaraadamasceno@outlook.com.

*** Doutoranda em Ciências Ambientais (UEPA). Orientadora Educacional na Rede Municipal de Ensino de Redenção-Pa. Integra o Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação e Meio Ambiente (GRUPEMA). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9570-8495>. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0104905045228882>. E-mail: karemmaues9@gmail.com.

Diálogos interculturales: ancestralidad, saberes socioambientales y trabajo tradicional en contextos de comunidades tradicionales amazónicas.

Resumen

Este artículo analiza el nexo entre la educación rural en entornos no escolares y los saberes socioambientales, que tienen sus raíces en la ancestralidad y la interculturalidad crítica. Se asume que las prácticas culturales desarrolladas por los trabajadores rurales tradicionales se configuran como espacios educativos en los que se desarrolla una diversidad de saberes producidos a través de otros fundamentos epistemológicos y otras pedagogías, que informan y materializan modos de vida en diferentes contextos territoriales de los pueblos rurales-ribereños y quilombolas. Estas experiencias son vividas cotidianamente por sujetos que protagonizan aproximaciones y diálogos interculturales, a través de los cuales construyen procesos históricos de resistencia y lucha contra las opresiones colonialistas y capitalistas. Este estudio está referenciado en el proyecto de investigación Interculturalidad: Conocimientos, Prácticas de Enseñanza y Formación en Diferentes Contextos Educativos en la Amazonía, aprobado en 2018 por el Programa Nacional de Cooperación Académica en la Amazonía (Procad/Amazónia), particularmente en el eje temático Educación Rural, Educación Popular e Interculturalidad. También dialoga con otras investigaciones cuyo alcance es el conocimiento de los pueblos tradicionales, especialmente los saberes y experiencias compartidas por las poblaciones del segmento social rural-ribereño y quilombola, que están en el origen de su ancestralidad.

Palabras clave: pueblos tradicionales; conocimientos socioambientales; diálogos interculturales.

INTRODUÇÃO

O artigo está associado ao eixo temático “Educação do campo, educação popular e Interculturalidade”, que integra o Projeto de Pesquisa “Interculturalidade: saberes, práticas docentes e de formação em diferentes contextos educativos na Amazônia”, aprovado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia – PROCAD-Amazônia, em 2018.

No contexto desse eixo temático, artigos anteriores¹, no exercício de suas reflexões e escrita, trataram dos resultados de pesquisas quanto “estado de conhecimento”, tendo como fonte básica o repositório do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGED) da Universidade do Estado do Pará (UEPA).

Neste texto, o foco das reflexões e análises são os indicativos de construção dialógica epistemológica possível entre educação do campo em ambientes não escolares e saberes socioambientais no contexto de práticas interculturais e experiências de trabalho.

Com base nos objetivos do eixo temático e das pesquisas realizadas com populações rurais ribeirinhas e quilombolas, essa delimitação nos coloca como desafio a

¹ Destaca-se, em especial, o artigo de Corrêa et al., intitulado Educação do campo e interculturalidade crítica: desafios da pesquisa na Amazônia, publicado em 2022, no livro Produção de Conhecimentos sobre Interculturalidade e Educação. O estudo apresenta os resultados de uma pesquisa bibliográfica sobre o tema “Interculturalidade e Educação”. No artigo, os autores – vinculados ao eixo temático “Educação do campo, educação popular e interculturalidade” – realizam uma análise preliminar da relação entre a educação do campo e a interculturalidade na região amazônica, por meio de uma investigação do tipo “estado do conhecimento”.

necessidade de compreender os nexos epistemológicos de saberes socioambientais que materializam processos educativos e conformam práticas culturais e experiências de trabalho em diversos contextos territoriais, dentre eles territórios de florestas, territórios das águas, territórios de terra firme ou de várzeas.

Assim, três comunidades amazônicas rurais-ribeirinhas e quilombolas, integrantes do que se convencionou chamar de comunidades tradicionais, em distintos contextos territoriais, históricos e político-culturais da Amazônia Paraense, constituem nossos principais interlocutores. Enquanto segmentos das classes trabalhadoras e sujeitos históricos, as comunidades oferecem contribuições fundamentais à construção deste estudo.

Essas práticas e experiências são protagonizadas por uma diversidade de sujeitos que, enquanto segmentos das classes trabalhadoras e sujeitos históricos, constituem-se como nossos interlocutores. Eles integram as chamadas comunidades tradicionais, situadas em distintos contextos territoriais, históricos e político-culturais da Amazônia Paraense. Em seus fazeres e vivências cotidianas, produzem aproximações e diálogos interculturais entre si e com outros interlocutores, com os quais constroem processos históricos de resistência às opressões colonialistas e capitalistas.

Nesse movimento de luta e emancipação, buscam construir concepções de mundo e de educação alinhadas aos seus modos de vida, de ser e de estar, reafirmando suas identidades, saberes e práticas como formas legítimas de existência e conhecimento.

Em Thompson (1998), a noção de “experiência” ocupa um lugar central no debate histórico-crítico. Neste texto, para além de sua relevância teórica, a experiência assume um sentido prático, relacionado às atividades de trabalho tradicional desenvolvidas por homens e mulheres de comunidades rurais-ribeirinhas e quilombolas inseridas em territorialidades amazônicas. São experiências voltadas à produção da existência, que podem ser compreendidas como dimensões constitutivas da formação humana.

Esses territórios são, materialmente, espaços de trabalho e de vivência, sendo também territórios de vida e lugares de produção e circulação de saberes. Neles, segmentos da classe trabalhadora dedicam-se à pesca artesanal, à coleta de caranguejo e turu, ao cultivo de roças de mandioca, ao manejo e à coleta de açaí, bem como à produção de farinha.

Essas práticas culturais configuram-se como experiências de trabalho tradicional que contribuem não apenas para a reprodução material da vida, mas para a formação humana, por meio de múltiplos processos educativos. São saberes construídos ancestralmente, que vêm sendo atualizados e/ou reconfigurados pelas gerações seguintes, sobretudo por meio da oralidade.

Trata-se de saberes transmitidos entre diferentes gerações, os quais orientam e sustentam diversas práticas culturais materializadas em experiências de trabalho, modos de vida e formas de relação, apropriação e uso da natureza.

Este texto analisa algumas dessas experiências no contexto de pesquisas que dialogam com o Procad-Amazônia, cujo eixo temático foi apresentado no início do artigo. Parte-se do reconhecimento de que tais experiências desempenham um papel fundamental na transmissão geracional das formas pelas quais os seres humanos constroem e participam das tradições culturais (Ingold, 2010).

Com ênfase em uma abordagem qualitativa, a metodologia adotada fundamenta-se em uma pesquisa bibliográfica ancorada no eixo epistemológico “interculturalidade e educação”. O fenômeno social em análise são as experiências culturais em contextos territoriais amazônicos – rurais, ribeirinhos e quilombolas – que se articulam com práticas de trabalho.

Essas experiências são apresentadas a partir de recortes de duas dissertações de mestrado defendidas no âmbito do PPGED. São pesquisas realizadas com essas comunidades, cujas vozes integram o conjunto das vozes amazônicas historicamente marginalizadas em projetos de desenvolvimento equitativo para a região.

Trata-se de contextos territoriais interculturais de vida e de trabalho, onde natureza e sociedade aparecem de forma indissociável, diferentemente de orientações epistemológicas da ciência moderna que orientam dicotomias diversas, incluindo a separação da ciência de outros saberes.

Em contraposição à ciência moderna, busca-se reconhecer e dar visibilidade às múltiplas contribuições que as práticas culturais desenvolvidas em territórios rurais-ribeirinhos e quilombolas oferecem para a construção e visibilização de concepções de processos educativos produzidos em contextos interculturais entre povos amazônicos.

Importa destacar, contudo, que mesmo diante de silenciamentos sistemáticos, essas comunidades produzem outros modos de saber, ancorados no que Santos (2008) denomina de “epistemologia dos saberes vividos”, que carregam as marcas dos territórios, das existências e, portanto, das ancestralidades desses sujeitos coletivos.

Esse reconhecimento nos coloca o desafio de fazermos alinhavos entre a materialidade dos saberes socioambientais para que, por meio deles, possamos construir diálogos interculturais e avançarmos em direção ao fortalecimento da pedagogia crítica que se quer no contexto da educação do campo.

Tal diálogo, no entanto, não está necessariamente restrito aos ambientes educativos hegemônicos – como as escolas e outras instituições formais. No corpo desse artigo, a ênfase está nos ambientes educativos não escolares, particularmente nas práticas culturais e experiências de trabalho que se efetivam em territorialidades do campo, conforme já mencionado em parágrafos anteriores.

Orientando-se pelo escopo epistemológico da interculturalidade e educação, busca-se, por meio das análises, construir aproximações e articulações entre esse referencial e as pesquisas que abordam experiências de trabalho tradicional desenvolvidas por comunidades historicamente subalternizadas por uma pedagogia excludente e monocultural. Apesar disso, essas comunidades resistem, lutam e constroem seus próprios espaços e vivências educativas e interculturais.

As pesquisas que fundamentam as análises foram realizadas com populações rurais, ribeirinhas e quilombolas, reconhecidas tanto por sua diversidade cultural quanto por sua condição de sujeitos sociais históricos. As experiências de trabalho dessas comunidades – voltadas para a produção da existência – são compreendidas como espaços educativos, sendo, portanto, reconhecidas como sujeitos detentores de saberes, cujos processos educativos estão integrados às suas ações cotidianas.

Nesse sentido, a interculturalidade configura-se como um fundamento epistemológico de caráter histórico-crítico para refletir sobre os processos educativos em contextos territoriais rurais, ribeirinhos e quilombolas. Tais contextos se apresentam como nexos articuladores com a educação do campo em ambientes não escolares, e podem ser

associados a uma ampla diversidade de saberes socioambientais relacionados aos diferentes contextos educativos da Amazônia Paraense.

O artigo está estruturado em Introdução, Considerações Finais e seções temáticas com seus respectivos subitens. A primeira seção apresenta análises sobre a pesca artesanal em comunidades tradicionais marajoaras, compreendida como um saber ancestral.

A segunda seção aborda práticas tradicionais de uma comunidade quilombola de terra firme, destacando como essas práticas informam seus modos de vida e constituem componentes culturais fundamentais no processo de fortalecimento identitário e na formação de suas territorialidades. Ambas as análises examinam criticamente esses movimentos pedagógicos a partir da perspectiva epistemológica da interculturalidade crítica e da educação do campo, com ênfase nos espaços educativos não escolares.

ELOS INTERCULTURAIS EM CONTEXTOS DE EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO TRADICIONAL E EDUCAÇÃO DO CAMPO MATERIALIZADA EM AMBIENTES NÃO ESCOLARES

Com base em relações entre sociedade e ambiente, as questões precisam ser discutidas e problematizadas considerando as realidades vivenciadas pelos sujeitos. Neste item, busca-se construir aproximações político-pedagógicas e epistemológicas entre educação do campo e práticas culturais e experiências de trabalho que se efetivam por meio de formas tradicionais de produção da existência humana, cuja materialidade conforma processos formativos e educativos, ainda que não se efetivem nos ambientes tradicionais da escola.

Assim, neste texto, o trabalho tradicional configura-se como experiências e formas de organização de comunidades tradicionais locais que se moldam por especificidades culturais que diferenciam essas experiências da modalidade capitalista. Integra e conforma modos históricos de viver, ou seja, o modo do ser humano existir em (re)conexão com a natureza, o que reforça o pressuposto de que ele integra a natureza e, ao mesmo tempo, dela se diferencia, pois:

[...] por sua ação, sua atividade física e mental, seu trabalho, retira da natureza seus meios de vida. A afirmação remete à produção do ser humano como um ser da natureza, mas também com um produto da sociedade e da cultura do seu tempo (Frigotto; Ciavatta, 2012, p. 748).

A partir dessa perspectiva epistemológica, as análises sobre a produção e o uso de ervas, bem como sobre as atividades de pesca artesanal, enquanto práticas culturais e de trabalho, evidenciam o potencial desses saberes locais para promover diálogos interculturais.

Isso ocorre ao reconhecer sua importância na construção de conhecimentos e sua contribuição para que a educação do campo vá além dos aspectos normativos, contemplando a dinâmica dos modos de vida territorializados.

As práticas culturais que orientam o trabalho tradicional no e do campo estão organizadas com base nos modos de vida de uma diversidade de grupos sociais, cujos territórios se constituem como lugares de construção da existência (Fernandes, 2012). Por estarem fundamentadas na lógica do trabalho familiar, essas práticas de produção contribuem para o fortalecimento das identidades comunitárias.

As pesquisas evidenciaram que essas práticas culturais e experiências de trabalho também se articulam com a dinâmica do tempo-natureza, com cosmologias ancestrais e com as sazonalidades que marcam os períodos de plantar e colher, de pescar ou resguardar a reprodução dos cardumes, de coletar frutos da floresta, da safra e entressafra do açaí ou de buscar o caranguejo; tempos das águas grandes e das secas.

Esses ciclos temporais configuram pedagogias outras, vinculadas aos saberes e interesses dos trabalhadores. Portanto, essas constatações em relação às especificidades culturais do trabalho tradicional aproximam-se de um dos nexos estruturantes da educação do campo, àquele que traz o entendimento do sentido atual desse trabalho, associado às lutas sociais e culturais dos grupos que reproduzem sua existência através dele.

Nesse sentido, pode-se considerar que o contexto das práticas culturais do trabalho tradicional é construído por meio de diversos regimes de saberes tradicionais que tanto conformam quanto são conformados por processos educativos de formação humana, produção e circulação de conhecimentos, marcados pela ancestralidade – seja em sua forma original, seja por meio de recriações culturais.

Para além da simples produção da existência, essas práticas culturais e experiências de trabalho tradicional configuram-se também como práticas educativas realizadas em espaços não escolares, especialmente no âmbito da educação do campo. Essa perspectiva está em consonância com as ideias de Kolling, Cerioli e Caldart (2002), ao afirmarem que:

[...] a educação comprehende todos os processos sociais de formação das pessoas como sujeitos de seu próprio destino. Neste sentido, educação tem relação com cultura, com valores, com jeito de produzir, com formação para o trabalho e para a participação social (Kolling; Cerioli; Caldart, 2002, p. 19).

Assim, ancorado no universo do trabalho tradicional, este artigo analisa, com base em uma concepção ampliada de educação do campo – que ultrapassa as fronteiras epistemológicas materializadas nas práticas dos movimentos sociais e/ou das escolas formais do campo –, algumas experiências culturais que, no contexto das práxis de suas atividades, oferecem pistas para diálogos e/ou aproximações interculturais.

Ao investigar as práticas educativas que se constituem e circulam no interior das formas tradicionais de produção, como as destacadas anteriormente, observa-se que, ao mesmo tempo em que garantem a reprodução da existência, essas práticas também promovem a formação humana para a vida.

Diversos estudos têm identificado, e inclusive mapeado, uma multiplicidade de saberes que são produzidos e que orientam o fazer cotidiano dessas práticas educativas de trabalho, que se constituem e promovem a circulação no interior dessas atividades produtivas de uma série de saberes que são transmitidos por meio de diferentes práticas pedagógicas e que garantem sua permanência no tempo e no espaço. Muitos desses saberes se mantêm como saberes da ancestralidade, ainda que passados por recriações culturais.

Como exercício ampliado de compreensão desses saberes, alguns pesquisadores da Amazônia dedicam-se ao estudo de processos educativos que se desenvolvem em ambientes não escolares. Na educação do campo, essa temática ainda é relativamente recente, especialmente quando comparada à produção de conhecimento centrada na escola ou nos movimentos sociais, o que reforça sua relevância. Com frequência, as abordagens da educação do campo limitam-se ao diálogo com os movimentos sociais e/ou com a educação formal, deixando em segundo plano outras formas de aprendizagem que ocorrem nos territórios e práticas cotidianas.

Trata-se, portanto, de um recorte temático crucial no eixo da educação do campo que, especialmente nos últimos tempos, tem se revelado fértil para novas pesquisas e para a construção de outros aportes epistemológicos. Essa abordagem tem sido fundamental, inclusive, para a ampliação das formas de compreensão e análise desse setor educacional.

O foco é direcionado para as experiências de trabalho tradicional, sobretudo àquelas desenvolvidas pelos povos das águas, dos campos, das matas e das florestas. Tais grupos produzem seus meios de vida em relação simbiótica com a natureza, entendida não

apenas como espaço físico, mas como território de produção e circulação de saberes, entre os quais se destacam, principalmente, os saberes socioambientais.

No contexto deste artigo, consideramos o trabalho tradicional como aquele que resulta de experiências de trabalho voltadas para a produção da existência, ainda que em vários contextos exista a comercialização do excedente, em baixa escala, que não se configura como o excedente da produção capitalista.

Logo, são experiências consideradas como de heranças ancestrais ou como saberes partilhados – dependendo do contexto territorial e/ou do grupo social. De acordo com Thompson (1987, p. 10), por meio dos resultados dessas experiências, esses trabalhadores “[...] sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si e contra os outros homens cujos interesses diferem (e geralmente se opõem) dos seus”.

No contexto dessas experiências de trabalho tradicional, homens e mulheres não apenas desenvolvem práticas produtivas por meio das quais garantem sua sobrevivência, como também promovem processos formativos que conformam espaços educativos e fazem circular saberes.

Nesse movimento, produzem e vivenciam relações que se afastam da lógica da subordinação, pautando-se na solidariedade, na ajuda mútua e no compadrio, contribuindo para o fortalecimento de processos identitários no interior de suas comunidades tradicionais.

Nesse movimento de produção da existência e de formação humana, as comunidades produzem cultura, constroem saberes e valores próprios que distinguem seus espaços de trabalho daqueles moldados pela lógica fabril, centrada na subordinação do trabalhador e na geração de lucro.

As práticas produtivas desenvolvidas pelas comunidades tradicionais em territórios de águas, várzeas, campos, matas e florestas carregam especificidades que as afastam do modo de produção capitalista. Essas práticas não são apenas formas de trabalho: integram e expressam os modos de vida dessas comunidades.

Assim, essas reflexões indicam a necessidade de se investir na contribuição teórico-epistemológica que os espaços educativos – que se constituem no contexto da dinamização das práticas produtivas do trabalho tradicional no mundo rural-ribeirinho e quilombola – podem contribuir para ampliar a compreensão da educação do campo.

PRÁTICAS CULTURAIS E EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO DO CAMPO: ESPAÇO DE PRODUÇÃO DE SABERES SOCIOAMBIENTAIS

Este item analisa a contribuição de experiências de trabalho tradicional como eixo estruturante para a aproximação e/ou o diálogo intercultural entre a produção de saberes socioambientais e a dinâmica cultural que orienta a educação do campo. Se concentra em três comunidades tradicionais que participaram de duas pesquisas voltadas para os saberes de povos e comunidades tradicionais em contextos de diálogos interculturais. O foco recai sobre práticas culturais compartilhadas por populações ribeirinhas e quilombolas do meio rural, cujos conhecimentos e experiências fundamentam epistemologias e pedagogias outras, enraizadas em suas ancestralidades.

No contexto territorial das comunidades tradicionais do Céu e do Caju-Una, localizadas na Reserva Extrativista Marinha de Soure, no município de Soure, região do Marajó, no estado do Pará, analisa-se a prática cultural do trabalho na pesca artesanal. Essa atividade, tradicional e historicamente, tem desempenhado um papel fundamental na construção de saberes socioambientais nesses territórios. Parte-se do pressuposto de que esta modalidade se constitui ontologicamente como uma prática cultural de trabalho que assegura tanto a produção da existência quanto a preservação dessa cultura, alicerçada nas memórias da ancestralidade.

Outra comunidade tradicional que integrou a pesquisa é a comunidade quilombola de São Pedro, localizada territorialmente no município de Castanhal, no Pará, cujos saberes socioambientais se constituem e são aprimorados por meio de práticas ancestrais, portanto, presentes em seus modos de vidas e componentes centrais no processo de fortalecimento identitário e formadores de suas territorialidades.

No contexto das territorialidades dessas comunidades busca-se analisar possíveis nexos entre saberes socioambientais inscritos e/ou que orientam a relação entre práticas de trabalho tradicional e natureza no contexto da educação do campo em ambientes não escolares. Trata-se de saberes cujas raízes vêm da ancestralidade e que carregam as marcas de um diálogo intercultural entre diversidade biológica e diversidade cultural, mesmo que em alguns contextos territoriais esse diálogo ainda se faça por meio de uma perspectiva funcional (Walsh, 2002).

As duas pesquisas orientaram-se metodologicamente por uma abordagem qualitativa, que inclui o trabalho de campo e procedimentos da etnografia e da história oral, com a utilização da observação participante e entrevista semiestruturada.

O contexto desta produção contrapõe-se às referências conservadoras e hegemônicas da ciência moderna, ao usar-se a concepção de comunidades tradicionais como àquelas que não se caracterizam e nem devem ser:

[...] associadas à ideia de populações atrasadas, modos de vida rudimentar, mas de grupos sociais que dispõe de experiências, de vivências próprias, ou seja, detém saberes por meios dos quais significam as relações que estabelecem com o mar/rio e a floresta e dão sentido as suas práticas socioculturais (Silva, 2007, p. 50).

Isto significa reconhecer as comunidades de Caju-Una, do Céu e São Pedro como populações tradicionais que integram as vozes do universo amazônida e que, por meio de seus contextos rurais-ribeirinhos e quilombola, produzem saberes que fazem parte da diversidade epistemológica desse universo. Ademais, não se pode desconsiderar que suas práticas culturais e experiências de trabalho estão assentadas em sabedorias herdadas ancestralmente, transmitidas de geração para geração por meio da oralidade e das suas práticas cotidianas.

Por conseguinte, as práticas culturais e experiências de trabalho tradicional se configuram como espaços de práticas educativas interculturais. Por meio delas, homens e mulheres – enquanto integrantes de povos e comunidades tradicionais –, constroem relações que extrapolam suas territorialidades ao estabelecerem parcerias com universidades, movimentos sociais e outras instituições, na tentativa de enfrentar questões fundamentais relacionadas às suas realidades socioterritoriais.

Nesse processo, os membros das comunidades participantes das pesquisas se afirmam como sujeitos históricos ao protagonizarem, com o apoio dessas articulações, formas de resistência. Em referência a Thompson (1998), pode-se afirmar que se têm buscado assegurar a efetivação e o acesso a uma educação do campo comprometida com os interesses dos “de baixo”, ou seja, com pessoas das classes populares, trabalhadoras do e no campo.

Uma educação do e no campo deve considerar e valorizar a diversidade de saberes que emergem das práticas culturais e das experiências de trabalho, nas quais o saber-fazer conforma processos educativos ancorados em outras bases pedagógicas. Tais processos se

constroem e se efetivam no contexto de uma multiplicidade de fazeres e vivências cotidianas desenvolvidas por homens e mulheres em suas territorialidades.

No caso em análise, essas bases estão associadas ao uso de ervas e suas práticas de cura, às diversas modalidades de pesca artesanal que se efetivam fora de ambientes escolares ou formais, mas que precisam ser reconhecidas em contextos de diálogos interculturais, pois, ainda que se trate de processos educativos que se efetivam para além dos sistemas formais, configuram-se por meio de conhecimentos que há tempo têm sido subordinados, subsumido, excluído e marginalizado pela hostilidade e dominação cultural da colonialidade.

Apesar dos desafios, esses processos educativos têm conquistado visibilidade e reconhecimento epistemológico graças aos movimentos dialógicos interculturais promovidos por homens e mulheres que os produzem e dinamizam, em articulação com setores universitários, movimentos sociais — especialmente os do campo — e grupos progressistas da Igreja Católica. Por meio desses diálogos entre experiências e saberes, buscam promover ações transformadoras para suas condições de vida e o fortalecimento de suas identidades territoriais.

Neste sentido, por meio de uma perspectiva epistemológica assentada nos pressupostos da interculturalidade crítica e decolonial, existe um movimento intelectual que vem se ampliando e se fortalecendo voltado para o reconhecimento da contribuição político-teórico dessas experiências para epistemologias outras no campo da educação em sua concepção ampliada, que se efetiva e corresponde ao que Arroyo (2012) denominou de “outros sujeitos, outras pedagogias”.

TERRITÓRIOS ANCESTRAIS PRÁTICAS CULTURAIS EXPERIÊNCIAS DE TRABALHO E SABERES SOCIOAMBIENTAIS E SEUS NEXOS DIALÓGICOS INTERCULTURAIS

Compreendendo que os saberes socioambientais são fundamentados e desenvolvidos em territorialidades marcadas por especificidades próprias – onde diferentes formas de vida se reproduzem –, configuram-se, de certo modo, como estratégias de defesa dos meios de existência e dos modos de vida, como ocorre em comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas. Nesse contexto socioterritorial, as práticas culturais e as experiências de trabalho desses povos se constituem como espaços educativos, sustentados por uma diversidade de

saberes que emergem de suas próprias realidades e se consolidam a partir de pedagogias singulares (Arroyo, 2012).

Os saberes socioambientais, além de fortalecerem e cultivarem o processo de biointeração² entre os povos rurais, ribeirinhos e quilombolas, possibilitam o processo de interculturalidade ao enfatizar a valorização de saberes tradicionais em seus processos de trabalho, educativos e culturais, bem como promover processos de interação entre pessoas, conhecimentos e práticas culturalmente diferentes que são forjadas no meio e partindo das especificidades desses povos e sujeitos (Walsh, 2009).

Por estarem enraizados nas práticas culturais e nas experiências de trabalho das comunidades tradicionais, esses saberes atuam como um elo que conecta não apenas as comunidades à natureza, mas também umas às outras, respeitando suas especificidades e modos de vida. Nesse processo, emergem conhecimentos que, frequentemente, entram em confronto com tentativas de silenciamento ou esvaziamento promovidas pela ciência hegemônica, que muitas vezes os ignora ou desvaloriza.

Diante desse cenário, as comunidades, por meio de suas redes de apoio e formas organizativas, têm mobilizado estratégias de resistência e de recriação cultural, com o objetivo de garantir relações mais justas e horizontais. Procuram, assim, construir vínculos não verticalizados, rejeitando hierarquias entre diferentes saberes, conhecimentos e culturas.

Nesse sentido, a pesca artesanal nas comunidades tradicionais do Caju-Una e do Céu, mais do que uma simples ação humana, destacam-se pela complexidade de relações que envolvem o ser humano e a natureza dando ênfase aos saberes que orientam a vida dessas comunidades, dentre eles os saberes socioambientais.

A pesca artesanal, enquanto prática cultural e experiência de trabalho, demonstrou ser um campo de produção de uma vasta pluralidade de saberes socioambientais. Estes conhecimentos são continuamente preservados ao serem (re) passados de geração para geração. Tais saberes orientam, orientando as práticas de trabalho e as ações socioeducativas que são indissociáveis da constituição do “ser” pescador.

² Processo que é caracterizado pela relação respeitosa entre humanos e elementos da natureza. Esse conceito é desenvolvido por Nego Bispo, que defende que não há separação entre ser humano e natureza. Para ele, as comunidades quilombolas praticam uma biointeração, pois existe a troca constante entre o ser humano e os outros elementos da vida e esse é/deve ser o princípio dessas localidades (Bispo dos Santos, 2023).

Já no contexto da pesquisa, os pescadores artesanais são sujeitos protagonistas de suas práticas de trabalho, sendo detentores de uma pluralidade de saberes socioambientais que orientam uma diversidade de práticas culturais e sociais, incluindo a pesca artesanal, como formas de aliança que estabelecem com a natureza.

Trata-se de saberes que estão pautados por outras rationalidades que não àquelas que orientam a “razão indolente” e se constituem em fatores de identificação cultural (Oliveira; Santos, 2007, p. 45). Saberes esses que, além de carregar um significado cultural por ser passado de geração em geração por meio da oralidade, ontologicamente, revelam um sentimento de inherência ao ser humano (Albuquerque et al., 2016, p.130).

Assim, apesar dos inúmeros problemas sociais que afetam o trabalho do pescador artesanal – gerados pelo avanço do capitalismo, pela falta de reconhecimento e valorização dessas práticas e pela ausência de políticas públicas que deem visibilidade a essa atividade essencial –, é possível reconhecer a riqueza dos saberes produzidos por esses sujeitos a partir de suas práticas tradicionais de trabalho, que repercutem e circulam nos territórios das comunidades tradicionais do Céu e de Caju-Una, reafirmando sua importância cultural, econômica e formativa. Os saberes que envolvem as plantas medicinais chegam até as comunidades através de ancestralidades que são resguardadas e executadas em quintais, nas matas e nos terreiros, configuradas por uma relação respeitosa entre sujeito-natureza, com o compartilhamento coletivo, não predatório e que não visa a obtenção de lucros.

O uso de plantas medicinais em práticas de cura e cuidado, assim como os saberes socioambientais que fundamentam esses usos, circula entre as comunidades e se fortalece por meio de pedagogias próprias, contribuindo para a emergência de outras epistemologias comprometidas com a vida, com a natureza e com a preservação de saberes historicamente negados e invisibilizados.

Trata-se de epistemologias produzidas pela percepção local. Todavia, este conhecimento tem se perdido ao longo das gerações, ainda que resista em alguns contextos por meio da oralidade e da prática cotidiana.

A vivência nessa comunidade³ possibilitou compreender que práticas de medicina tradicional permanecem vivas na memória coletiva dos moradores e moradoras. Observa-se,

³ Comunidade quilombola de São Pedro.

por exemplo, o uso de plantas como erva-cidreira, boldo, hortelâzinho, casca da árvore do caju, entre outras ervas e espécies arbóreas, para a preparação de chás e garrafadas destinados ao cuidado de pessoas adoecidas. Essas práticas, transmitidas entre gerações, evidenciam a presença de saberes tradicionais profundamente enraizados no cotidiano comunitário.

Dessa forma, a etnomedicina praticada pela comunidade quilombola São Pedro, por meio do uso de ervas cultivadas nos quintais ou de produtos coletados na natureza, carrega em si as marcas dos saberes socioambientais. São os modelos locais de uso – enraizados na experiência, na oralidade e na observação – que validam esses saberes e conformam o que se reconhece como etnomedicina popular, articulando práticas de cuidado profundamente vinculadas ao território, à ancestralidade e à relação sensível com a natureza.

Os processos de preparo dos chás e das garrafadas consolidam culturalmente a existência de variados regimes de saberes ancestrais, que são transmitidos de geração em geração, como, por exemplo, o tempo de cozimento, a quantidade de material a ser utilizada e o período de consumo.

Trata-se de memórias ancestrais por meio das quais a comunidade não apenas faz uso das plantas e pratica a pesca artesanal em suas diversas modalidades, mas também contribui para a conservação da sociobiodiversidade, evidenciando que existem outras formas de convivência e produção da vida entre humanos e não humanos que não aquelas pautadas por lógicas predatórias.

As memórias ancestrais trazem para a convivência em comunidade saberes que os mais antigos tinham sobre uma diversidade de práticas que garantiam a reprodução da vida pautada na relação respeitosa com a natureza, sendo a principal força que impulsiona dialeticamente a construção do diálogo interculturais entre os povos originários e as comunidades tradicionais.

As memórias ancestrais trazem para a convivência em comunidade saberes que os mais antigos tinham sobre uma diversidade de práticas que garantiam a reprodução da vida pautada na relação respeitosa com a natureza, sendo a principal força que impulsiona diaeticamente a construção do diálogo interculturais entre os povos originários e as comunidades tradicionais.

Esses saberes, bem como as práticas culturais e de trabalho desenvolvidas em distintos e históricos territórios, envolvem formas de apropriação e uso da natureza pautadas no respeito e na convivência harmoniosa com o meio ambiente, resultando em ecossistemas antropizados, porém preservados, evidenciando uma relação sustentável entre as comunidades e seus territórios.

Nas comunidades que participaram das pesquisas, constatou-se uma preocupação evidente em dar continuidade às práticas culturais e de trabalho por meio das relações intergeracionais, repassando esses saberes aos mais jovens. Utilizando diferentes estratégias de ensino-aprendizagem, os mais velhos transmitem seus conhecimentos sobretudo pela oralidade e pela memória coletiva e individual. Destaca-se, ainda, o papel da chamada ‘pedagogia da atenção’, na qual o saber é compartilhado por meio da convivência cotidiana e da relação sensível e estreita entre as pessoas, a natureza e o ambiente que as cerca.

No caso das práticas de pesca artesanal, as experiências cotidianas de trabalho estão organizadas segundo a lógica da força de trabalho familiar, voltada prioritariamente para a subsistência das comunidades do Caju-Una e do Céu. Segundo os pescadores artesanais que participaram da pesquisa, os saberes socioambientais desempenham um papel fundamental, pois garantem maior segurança na prática da pesca em diferentes ambientes, tais como rios, igarapés e praias.

Esses conhecimentos são considerados essenciais para compreender e respeitar as condições ecológicas dos ecossistemas locais, sendo aplicados nas diversas modalidades de pesca, como a de tarrafa⁴, cambão⁵, rabiola⁶, muruada⁷ e arrastão⁸. Assim, tais saberes orientam as práticas de trabalho dos pescadores, constituindo um repertório técnico e cultural profundamente enraizado na vivência comunitária e no ambiente natural.

⁴ Tarrafa é uma espécie de rede de pesca circular, com pequenos pesos distribuídos em torno de toda a circunferência de sua malha.

⁵ É uma peça de madeira ou metal que serve como suporte ou braço de alavanca em alguns tipos de armadilhas ou equipamentos de pesca. O cambão, também, pode abrir ou sustentar a rede, facilitando seu lançamento ou recolhimento.

⁶ Trata-se de uma linha fina ou cordão que fica preso à ponta da tarrafa (a rede de pesca circular) e que o pescador segura para lançar e puxar a rede. Ela é fundamental para o manuseio da tarrafa, permitindo controlar o lançamento da rede na água e a recolhida do equipamento com os peixes capturados.

⁷ É um tipo específico de rede ou armadilha utilizada para capturar peixes em ambientes de água doce ou salgada.

⁸ É um método de pesca que utiliza uma rede grande e resistente, chamada ‘rede de arrasto’, que é puxada pela embarcação ou por pessoas, pela água, para capturar peixes.

Para fazer a pesca de tarrafa no rio, por exemplo, de acordo com o pescador Junior (2022), é necessário que “[...] as redes possuam boias que servem para abrir a rede, fazê-la boiar e ficar aberta na água e o chumbo que está na base da rede vai levar ela ‘pro’ fundo, aí o peixe vem e malha”. Para Silva (2014) esses saberes se configuram como uma modalidade de educação que são construídos cotidianamente por meio de uma diversidade de elos que informam práticas de aprendizagem e processos educativos, voltados para a inteligibilidade do mundo da vida, e funcionam como paradigmas na (re)invenção cotidiana.

Existe entre os pescadores artesanais das comunidades estudadas uma preocupação de que a produção da existência e de seus meios de vida se faça respeitosamente com a natureza. No saber da pesca de cambão no igarapé, a pescadora Betânia (2022) narra o seguinte: “A gente tira um pedaço de corda que vem nas boias que chega na beira da praia, colocamos um anzol na ponta da corda, uma boia no meio da corda e amarramos nos galhos das tinteiros no igarapé”.

Silva (2007) afirma que, interculturalmente, os pescadores – por meio dos seus saberes socioambientais e no contexto de suas práticas de trabalho e relação com a natureza – , aprendem e/ou ensinam, o que se configura como uma outra prática pedagógica no contexto da educação do campo, que se efetiva em ambientes não escolares, no caso, nos ambientes da pesca artesanal e na relação com a natureza edificadas na cultura.

Assim, por entender as práticas culturais de uso e cura com ervas e as experiências de trabalho na pesca artesanal a partir do próprio contexto territorial das comunidades rurais-ribeirinhas e quilombola, é possível considerar as contribuições desses segmentos de classes trabalhadoras do campo para a ampliação de concepções de educação, no caso, da educação do/no campo, acentuando os ambientes não escolares enquanto espaços educativos de práticas pedagógicas outras.

Dessa forma, organicamente vinculada a uma perspectiva intercultural, é possível ampliar a perspectiva de compreensão da realidade vivida ao dar voz aos sujeitos protagonistas dessas práticas e experiências que, por meio delas, perpetuam seus valores e tradições por entre gerações.

Portanto, os saberes socioambientais como forma de entender e agir na natureza e de produzir a existência humana, ao abordarem aspectos sociais, culturais, ambientais,

políticos e epistemológicos da educação do campo contribuem não só para que as comunidades tenham uma relação respeitosa com a mata, com a floresta, com as águas e com o terreiro, como também contribuem para que processos educativos e saberes que estão inscritos e/ou orientam práticas culturais e de trabalho integrem e ampliem contextos não escolares da educação do campo, dialogando, por conseguinte, culturalmente com as escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao considerarmos as práticas culturais e o trabalho tradicional em comunidades rurais, ribeirinhas e quilombolas amazônicas, no contexto do eixo epistemológico da interculturalidade e da educação, foi possível identificar o cruzamento de fronteiras culturais que se colocam na contramão do discurso colonial hegemônico e da exploração capitalista. Ao mesmo tempo, evidencia-se a importância de dar visibilidade a outros sujeitos que lutam para ter voz ativa frente a um projeto de educação do campo capaz de acolher diferentes matizes, cujos desdobramentos práticos atendam às suas raízes culturais.

Sob essa perspectiva, as análises dos relatos tanto da pesca artesanal quanto do uso de ervas medicinais revelam aspectos da cosmovisão dos pescadores artesanais das comunidades Caju-Una, do Céu e da comunidade quilombola São Pedro. Ao mesmo tempo, remetem aos saberes ancestrais, cuja transmissão se dá por meio da oralidade. Esses conhecimentos sobre a cosmologia da natureza indicam potencialidades interculturais para a construção de aproximações e diálogos com o universo escolar e/ou acadêmico.

Neste sentido, a experiência de trabalho na pesca artesanal nas comunidades do Caju-Una e do Céu, bem como as práticas culturais de cultivo e uso de plantas medicinais para cura na comunidade quilombola São Pedro, interligam saberes desenvolvidos pela ancestralidade amazônica e contribuem para a promoção de outras modalidades de processos educativos, ampliando a diversidade do campo da educação, que se pretende reconhecedora da diferença, inclusiva e intercultural.

Evidências empíricas indicam que, por meio de diversas técnicas de pesca e do uso de ervas medicinais, as comunidades colaboradoras das pesquisas mantêm viva a memória e a ancestralidade de seus povos – ainda que, por vezes, esses saberes sejam reproduzidos sem pleno conhecimento de suas origens. No caso do uso das plantas medicinais nos territórios

quilombolas, configura-se uma importante prática cultural que tem contribuído efetivamente para a preservação dos saberes e fazeres ancestrais.

As pesquisas reconhecem a diversidade de sujeitos amazônicas e de suas práticas interculturais. Contudo, é fundamental ressaltar que tais conhecimentos foram (e continuam sendo) frequentemente ameaçados em razão do histórico processo de exclusão e invisibilização das populações subalternizadas no Brasil.

A preservação dessas práticas ocorre em dois eixos: tanto no âmbito da educação quilombola – como saberes transmitidos no seio familiar e comunitário –, quanto por meio da educação escolar, quando reconhecidas e abordadas nesses ambientes com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola.

Contudo, apesar das inúmeras tentativas de apagamento e silenciamento, as práticas culturais e as experiências do trabalho tradicional amazônico seguem sendo transmitidas graças aos esforços coletivos das comunidades que resistem e reafirmam sua identidade cultural. Ainda assim, essas comunidades, apesar de suas contribuições fundamentais para a conservação e preservação da biodiversidade, especialmente no contexto de suas distintas territorialidades, continuam frequentemente desconsideradas nas instâncias decisórias.

As análises indicam que essas experiências, ao se efetivarem por meio de uma perspectiva intercultural crítica, têm contribuído significativamente para ampliar e fortalecer, em termos teórico-conceituais, as concepções de educação em ambientes não escolares, especialmente no campo da pedagogia crítica.

Partindo dessa lógica, é possível estabelecer, nesse diálogo intercultural, uma relação entre os saberes socioambientais – como àqueles ligados ao uso de plantas medicinais e ao trabalho com a pesca artesanal – e as práticas, epistemologias e modos de vida que tensionam e desafiam a hegemonia do conhecimento ocidental.

Esses desafios dialogam com uma educação do campo intercultural crítica, particularmente em contextos históricos diversos, ultrapassando os limites dos espaços educativos formais da escola. Ao mesmo tempo, propõem o reconhecimento e a valorização de distintas formas de conhecimento, especialmente aquelas produzidas e transmitidas por povos, classes e grupos sociais historicamente marginalizados e invisibilizados.

Essa abordagem reforça a necessidade de um diálogo horizontal entre epistemologias diversas, rompendo com a lógica hierárquica imposta pela ciência moderna, que tende a atribuir centralidade e legitimidade apenas aos conhecimentos provenientes do Norte Global (Boaventura, 2019). Dessa forma, ao valorizar saberes, culturas, povos, identidades e modos distintos de conhecer, a interculturalidade crítica contribui para a construção de um paradigma epistêmico mais plural, inclusivo e emancipador.

Por meio das pesquisas realizadas, buscou-se valorizar práticas culturais e experiências de trabalho tradicional do campo que, ao não se conformarem aos moldes capitalistas, dão visibilidade a outras formas de pensar e “de vir outro” protagonizadas por comunidades tradicionais, rurais-ribeirinhas e quilombolas. Essas comunidades se relacionam com a natureza, detentora de múltiplos saberes ancestrais, os quais conferem significado à cultura local.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Maria Betânia *et al* (org.). **Saberes da experiência, saberes escolares: diálogos interculturais**. Belém: EDUEPA, 2016.
- ARROYO, Miguel. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Petrópolis: Vozes, 2012.
- BISPO DOS SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora, 2023.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Campinas, n. 19, p. 20-28, jan./fev./mar./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/Ycc5QDzZKcYVspCNspZVDxC/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 23 fev. 2025.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- CASTRO, Edna Maria Ramos de. Amazônia na encruzilhada: saque colonial e lutas de resistência. In: CASTRO, Edna Maria Ramos de (org.) **Territórios em transformação na Amazônia - saberes, rupturas e resistências**. Belém: NAEA, 2017.
- CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes *et al*. Educação do campo e Interculturalidade crítica: desafios da pesquisa na Amazônia. In: OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno; SANTANA, Jocyléia; NORONHA, Claudianny (orgs.). **Produção de conhecimentos sobre interculturalidade e educação**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2022.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Território camponês. In: CALDART, Roseli Salete *et al*. **Dicionário da educação do campo**. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p. 744-748.

FRIGOTTO, Gaudêncio; Maria, CIAVATTA. Trabalho como princípio educativo. In: In: CALDART, Roseli Salete et al. **Dicionário da educação do campo**. 2.ed. Rio de Janeiro; São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2012. p.748-755.

GONÇALVES, Porto Walter Carlos. **Amazônia, Amazônias**. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2023.

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. 10. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008. KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salete (org.). **Educação do campo: Identidade e política pública**. Brasília: Articulação Nacional por uma Educação do Campo, 2002.

INGOLD, Timothy. Da transmissão de representações à educação da atenção. In: **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 33, n. 1, p. 6-25, jan./abr.2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 21. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de; SANTOS, Tânia Regina Lobato dos. **Cartografia de saberes: representações sobre a cultura amazônica em práticas de educação popular**. Belém: EDUEPA, 2007.

SANTOS, Boaventura de Souza. **O fim do império cognitivo:** a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

SILVA, Maria das Graças. Práticas educativas ambientais, saberes e modo de vida locais.

Revista Cocar, Belém, v.1, n.1, p. 47-57, jan/jun. 2007. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/142>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Maria das Graças. Territórios insulares: saberes e práticas socioambientais cotidianos.

Revista Cocar, Belém, v.8, n.16, p. 109-124, ago./dez. 2014. Disponível em:
<https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/372>. Acesso em: 23 abr. 2025.

SILVA, Maria das Graças. Saberes e práticas socioculturais inscritas nos modos de vida ribeirinho. In: FARES, Josebel Akel et al. (org.). **Sociedades e saberes da Amazônia**. Belém: Eduepa, 2018.

THOMPSON, Edward Palmer. **A formação da classe operária inglesa:** a força dos trabalhadores. V. III. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum:** estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WALSH, Catherine. Interculturalidade crítica e pedagogia decolonial: in-surgir, re-éxistir e reviver. In: CANDAU, Vera (org.). **Educação intercultural na América Latina:** entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 07 Letras, 2009.

Recebido em: Maio/2025.

Aprovado em: Agosto/2025.